

Cardoso prevê disputa entre grupos ideológicos

OES P. 4

2606-87

ANC

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização, previu ontem que será necessária muita negociação entre os diversos grupos ideológicos da Constituinte para superar as questões polêmicas que fazem parte do primeiro anteprojeto da futura Constituição. Como exemplo, ele citou a solução que a Sistematização deu para a reforma agrária, anistia para os militares, estrutura sindical, distribuição de impostos e estabilidade no emprego.



O anteprojeto elaborado por Bernardo Cabral, com o auxílio dos quatro relatores-adjuntos, todos do PMDB, foi definido ontem por um deles, senador José Inácio Ferreira, como a montagem de uma espécie de Frankenstein em três etapas. Ele criticou o trabalho desde que as matérias foram colocadas no computador, sem duplicidade de tratamento até a última fase, quando se pretendeu compatibilizar as divergências dos relatórios.

Segundo informou o relator Bernardo Cabral, pouco antes da conclusão final do anteprojeto, o documento terá 316 artigos. Ele acredita na possibilidade de o número ser reduzido durante a fase de apresentação de

emendas. Cabral identificou 1.073 impropriedades técnicas ou matérias e expressões repetitivas nos relatórios temáticos, que foram retradas do primeiro anteprojeto da Constituição. Admitiu, no entanto, que pelo menos outras 150 disposições que permaneceram no texto também poderiam ser anuladas. Isso se o trabalho de compatibilização feito pela Comissão de Sistematização não fosse obrigatoriamente o de apenas procurar consenso entre os relatórios, sem direito de apresentar inovações.

O senador Fernando Henrique Cardoso retificou, ontem, algumas informações que foram divulgadas anteriormente por Bernardo Cabral sobre as disposições do primeiro esboço da futura Constituição. A reforma agrária, por exemplo, vai preservar as terras produtivas. O relator-geral da Sistematização havia afirmado que optara pelo tratamento geral de desapropriação, aprovado pela Comissão de Soberania, Direitos e Garantias, relatada pelo deputado José Paulo Bispo (PMDB-RS). Fernando Henrique assegurou à noite, que "está garantindo o direito de propriedade para quem estiver produzindo, ou seja, já tem direito à terra quem estiver trabalhando nela". Afirmou ainda que a indenização da propriedade sem benfeitorias — terra nua — poderá ser feita com títulos da dívida agrária em até 20 anos. As que possuem benfeitorias serão pagas em dinheiro.

A definição de empresa nacional, segundo Fernando Henrique, foi aperfeiçoada, tornando-se mais pre-

cisa do que a proposta aprovada em bloco pela Comissão de Ordem Econômica. A nova redação pode ser atribuída ao senador Virgílio Távora (PDS-CE) que, "mesmo classificado como conservador, conseguiu uma definição mais progressista". Se aprovado em plenário, o novo texto dará tratamento preferencial à empresa efetivamente nacional, mas sem discriminar as estrangeiras no conjunto geral da economia.

Outra correção feita por Fernando Henrique às afirmações de Bernardo Cabral foi em relação às microempresas, que terão tratamento diferenciado, não se aplicando a elas a legislação geral que rege as empresas de maior porte. Para evitar retaliação de outros países, os relatores-adjuntos optaram por manter a reserva de mercado obrigatoriamente temporária, com características de proteção a setores industriais que empreguem tecnologia de ponta e que possam estar ameaçados em seu desenvolvimento pela concorrência externa. No campo econômico, ainda não há solução para vários aspectos da legislação sobre orçamentos e sua forma de aprovação pelo Congresso. A questão tributária, que divide os estados ricos e pobres, será tratada de forma flexível, buscando o aperfeiçoamento e o consenso nas próximas fases.

A cobrança de imposto sindical dos trabalhadores será voluntária, havendo liberdade para sindicalização em mais de uma entidade, mas só uma terá representatividade jurídica. O poder público ficará proibido de interferir na organização sindical.